



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Direitos da Mulher

PROJETO DE LEI Nº 891/2023

Dispõe sobre a incumbência dos estabelecimentos da rede pública e privada de saúde do Estado da Paraíba de disponibilizarem servidor do sexo feminino para acompanhamento em procedimento que induzam a inconsciência total ou parcial de paciente mulher, e dá outras providências. **Exara-se parecer pela Aprovação da matéria, na forma da CCJR.**

Resumo do Projeto - O objetivo da matéria é estabelecer que os estabelecimentos da rede pública e privada de saúde do Estado da Paraíba disponibilizem servidor do sexo feminino para acompanhamento em procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial de paciente mulher.

Parecer pela aprovação – no que tange ao mérito da proposta, entendemos que este é de extrema relevância para a população paraibana, especialmente às mulheres, pois garante que as mesmas, em situação de extrema vulnerabilidade, estejam menos sujeitas a eventuais abusos, proporcionando um ambiente mais seguro às pacientes. Sendo assim, a matéria é de alcance social e interesse público incontestes, portanto, oportuna e meritória.

AUTOR (A): Dep. FRANCISCA MOTTA

RELATOR (A): Dep. CAMILA TOSCANO

P A R E C E R Nº 005 /2024

I – RELATÓRIO

A Comissão de Direitos da Mulher recebe, para análise e parecer, o **Projeto de Lei nº 891/2023**, de autoria da Deputada Francisca Motta, o qual *“Dispõe sobre a incumbência dos estabelecimentos da rede pública e privada de saúde do Estado da Paraíba de disponibilizarem servidor do sexo feminino para acompanhamento em procedimento que induzam a inconsciência total ou parcial de paciente mulher, e dá outras providências.”*.

O projeto recebeu parecer pela constitucionalidade, na forma do substitutivo, na CCJR, em 03/10/2023, aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Direitos da Mulher



II – VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei tem por o objetivo determinar que os estabelecimentos da rede pública e privada de saúde do Estado da Paraíba disponibilizem servidor do sexo feminino para acompanhamento em procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial de paciente mulher.

A autora justificou a proposição. Segue, a título de esclarecimento, a sua justificativa:

Acompanhamos atualmente na imprensa escrita, falada e televisada, inúmeros casos de profissionais de saúde que se aproveitaram de pacientes mulheres em estado de inconsciência total ou parcial para cometerem crimes de estupro ou praticarem atos libidinosos.

Com efeito, as relações de confiança, a privacidade e a confidencialidade são componentes centrais do atendimento ao paciente, sendo obrigação das instituições de saúde proporcionar um ambiente seguro e tranquilo aos pacientes.

Esse projeto visa proteger tanto o profissional de saúde responsável pelo atendimento e/ou procedimento, quanto o paciente de possíveis desconfiças ou abusos por quaisquer das partes, preservando a relação médico-paciente. Além disso, a proposição visa assegurar que haverá testemunhas, em caso de abuso ou assédio, resguardando a vítima, principalmente no caso de quadro induzido de inconsciência.

Em sede da Comissão de Constituição, Justiça e Redação a propositura recebeu parecer pela constitucionalidade, na forma do substitutivo apresentado, pois já existe no ordenamento jurídico do Estado **a Lei nº 12.460/2022**, que já garante que pacientes de sexo feminino tanto da rede pública quanto da rede privada sejam acompanhadas durante todo e qualquer procedimento por alguém que seja de sua confiança, protegendo a integridade da mulher.

Dessa forma, considerando que o projeto em apreço determina a disponibilização de servidor do sexo feminino no estabelecimento de saúde, sendo matéria análoga e correspondente à Lei nº 12.460/2022, se fez necessário um **substitutivo**, a fim de que o projeto em questão altere a referida lei em vigor, para abranger todas as possibilidades de acompanhamento de mulher em



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Direitos da Mulher



procedimentos, ou seja, os casos em que a mulher não tenha disponível um acompanhante, não possa indicar por algum motivo, e, nesse caso, que o estabelecimento disponha de um servidor do mesmo sexo para realizar o apoio.

Assim, superada a análise da constitucionalidade da propositura, que foi realizada pela CCJR, ocasião em o projeto foi declarado constitucional, compete a esta Comissão debruçar-se sobre o mérito da propositura, ou seja, verificar se o Projeto é adequado ao melhor interesse dos paraibanos.

Assim, no que tange ao mérito da proposta, entendemos que este é de extrema relevância para a população paraibana, especialmente às mulheres, pois garante que as mesmas, em situação de extrema vulnerabilidade, estejam menos sujeitas a eventuais abusos, proporcionando um ambiente mais seguro às pacientes.

Da análise da matéria, verificamos que não há óbice no ordenamento jurídico brasileiro, ao contrário, contribui e muito para a efetivação das garantias fundamentais das mulheres.

Sendo assim, a propositura tem alcance social e interesse público incontestes, sendo, portanto, oportuna e meritória.

Ante o exposto, com relação ao mérito da matéria, sou **favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 891/2023**, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

É como voto.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2024.


DEP. CAMILA TOSCANO

Relator(a)



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Direitos da Mulher



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Direitos da Mulher, por unanimidade, **é favorável à aprovação**, quanto ao mérito, ao **Projeto de Lei nº 891/2023**, nos termos do voto do Senhor(a) Relator(a).

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2024.

Camila Toscano
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DEP. SILVIA BENJAMIN
MEMBRO

LEONICE LOPES
MEMBRO

SARGENTO NETO
MEMBRO